




“É um Pouquinho de Brasil”: Fascismo, Neoliberalismo e a Contemporaneidade de Educação Após Auschwitz

“It’s a Little Bit of Brazil”: Fascism, Neoliberalism and the Contemporaneity of Education After Auschwitz

“Es un Poquito de Brasil”: Fascismo, Neoliberalismo y la Contemporaneidad de Educación Después de Auschwitz

Mauricio Rodrigues de Souza ^a 

^a Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Resumo

Em um Brasil hoje marcado por intensas radicalização e polarização políticas diretamente associadas ao crescimento de movimentos de extrema direita, tornou-se comum o alerta acerca da existência de um modus operandi fascista entre nós. Motivado por tal quadro, este artigo debate certas peculiaridades do atual “fascismo à brasileira” na sua vinculação com acentuados traços de um neoliberalismo voraz. Para tanto, utiliza como ferramenta central o texto de Theodor Adorno intitulado Educação Após Auschwitz, o qual, em um diálogo próximo com o pensamento freudiano acerca das temáticas da psicologia das massas e do mal-estar na cultura, propõe medidas teóricas e práticas de enfrentamento do problema da sedução totalitária. Em termos conclusivos, além de ratificar algumas das proposições de Adorno, o presente trabalho acrescenta novos elementos à perspectiva do autor. Por exemplo, no que tange a uma necessária atualização da reflexão acerca da excessiva vinculação do indivíduo à técnica como meio para a sua filiação a regimes antidemocráticos, discussão essa que hodiernamente deve levar em conta a influência da internet, a uberização da economia e a existência de um autoritarismo furtivo.

Palavras-chave: Brasil, fascismo, neoliberalismo, Educação Após Auschwitz.

Abstract

In contemporary Brazil, marked by intense political radicalization and polarization directly associated with the expansion of far-right movements, warnings about the existence of a fascist modus operandi have become increasingly common. Motivated by this context, this article debates certain peculiarities of this contemporary “Brazilian-style fascism” in its connection with pronounced features of a voracious neoliberalism. To this end, it uses as its central analytical tool Theodor Adorno’s essay named Education After Auschwitz, which, in a close dialogue with Freudian thought concerning the themes of mass psychology and civilization and its discontents, it proposes some theoretical and practical measures against the problem of totalitarian seduction. In conclusion, in addition to reaffirming some of Adorno’s propositions, this work adds new elements to the author’s perspective. In particular, it argues for an updated reflection on the excessive attachment of the individual to technology as a means of adherence to anti-democratic regimes, an issue that must now take into account the influence of the internet, the gig economy, and the emergence of a form of covert authoritarianism.

Keywords: Brazil, fascism, neoliberalism, Education After Auschwitz.

Endereço para correspondência: Mauricio Rodrigues de Souza - mrsouza@ufpa.br

Recebido em: 06/03/2024 - Aceito em: 09/03/2026

Editora associada: Amana Mattos



Este artigo da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

Resumen

En un Brasil hoy marcado por intensa radicalización y polarización política directamente asociadas al crecimiento de movimientos de extrema derecha, se ha vuelto común advertir sobre la existencia de un *modus operandi* fascista entre nosotros. Motivado por este escenario, este artículo discute ciertas peculiaridades del actual “fascismo a la brasileña” en su conexión con rasgos acentuados de un neoliberalismo voraz. Para ello, utiliza como herramienta principal el texto de Theodor Adorno titulado *Educación Después de Auschwitz*, que, en estrecho diálogo con el pensamiento freudiano sobre los temas de la psicología de masas y del malestar en la cultura, propone medidas teóricas y prácticas de enfrentamiento del problema de la seducción totalitaria. En términos concluyentes, además de ratificar algunas de las proposiciones de Adorno, el presente trabajo añade nuevos elementos a la perspectiva del autor. Por ejemplo, en cuanto a una necesaria actualización de la reflexión sobre el apego excesivo del individuo a la tecnología como medio de adhesión a regímenes antidemocráticos, discusión que hoy en día debe tener en cuenta la influencia de internet, la uberización de la economía y la existencia de un autoritarismo furtivo.

Palabras clave: Brasil, fascismo, neoliberalismo, Educación Después de Auschwitz.

Este trabalho nasceu de proveitosos encontros que, ao longo dos últimos anos, tive com diversas turmas de psicanálise e de psicologia social (às quais dedico o presente texto), período esse composto pela acirrada polarização política e imensa mobilização afetiva que envolveram as duas últimas eleições presidenciais brasileiras. Em tal ambiente, discutimos recorrentemente a temática da psicologia das massas pela via de um oportuno retorno a escritos como *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, de Sigmund Freud, e *Antissemitismo e Propaganda Fascista e Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista*, de Theodor W. Adorno (Freud, 1976a; Adorno, 1997a; 1997b respectivamente), o que resultou em uma série de questões que, desde então, passaram a ecoar mais insistentemente em minha cabeça. A principal delas pode ser lida como: qual o grau da nossa tolerância - e, assim, conivência - diante da naturalização da barbárie presente em uma recorrente série de frases e ações que, dia após dia, seguem ferindo de morte tanto princípios constitucionais deste país quanto a nossa própria dignidade de cidadãos?

É, portanto, a partir da conjunção acima que tenciono contribuir nas próximas páginas com algumas reflexões e comentários de cunho psicossociológico acerca de um Brasil onde o obscurantismo, o autoritarismo e o conservadorismo vêm caminhando lado a lado e à luz do dia junto a um neoliberalismo voraz, configurando assim uma espécie de renovado “fascismo à brasileira”. Com vistas a isso, utilizo como instrumento privilegiado de leitura o ensaio de Adorno (1995a) denominado *Educação após Auschwitz*, marcado, dentre outras relevantes características próprias, por uma notável aproximação e diálogo crítico com seminais elementos da leitura freudiana da cultura. A ele acrescento informações e notícias retiradas tanto de periódicos acadêmicos quanto de jornais, livros e revistas de circulação nacional e internacional.

Evidentemente, não é minha intenção apresentar aqui alguma espécie de receita pronta, como se períodos históricos específicos como o atualmente vivido por nós brasileiros

simplesmente se enquadrassem nas teses propostas por Adorno (1995a) há mais de cinquenta anos. De todo modo, é inegável que o pensamento de Theodor Adorno vem sendo bastante convocado ultimamente, em particular na associação que propõe entre importantes atributos do capitalismo, da ciência (ou tecnologia) e do fascismo. E é assim que me pareceu bastante válido retornar às ideias e contramedidas presentes em seu texto não somente como instrumentos heurísticos para o nosso tempo, mas também na sua qualidade de instrumentos de ação em potencial. Passemos a elas.

Acerca de Educação Após Auschwitz

Uma vez exposto tanto o contexto geral que motivou a escrita do presente trabalho quanto os seus principais objetivos, voltar-me-ei agora a uma análise detalhada do ensaio de Adorno (1995a), o qual foi originalmente apresentado em 18 de abril de 1965, na forma de conferência veiculada pela Divisão de Educação e Cultura da Rádio do Estado de Hessen, em meio à celebração dos então vinte anos de encerramento dos conflitos que marcaram a Segunda Guerra Mundial – daí, inclusive, o didatismo presente nas páginas que o compõem. Ele representa o retorno do autor a uma temática já presente, por exemplo, em um artigo sobre preconceito publicado com Horkheimer mais de uma década antes (Horkheimer & Adorno, 1973), complementando ainda algumas das premissas outrora expostas na coletânea de ensaios *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* - em particular no capítulo intitulado *Elementos do Antissemitismo: limites do esclarecimento* (Horkheimer & Adorno, 1985a; 1985b).

Eis o pano de fundo para que, ao mesmo tempo em que inicie pela categórica afirmação de que a exigência de que Auschwitz não se repetisse precederia qualquer outra tarefa para a educação do pós Segunda Guerra, Adorno (1995a) sustenta que campos de concentração como aquele de maneira alguma poderiam ser vistos como apenas um evento superficial ou mesmo uma aberração diante da marcha de “progresso” e “esclarecimento” da humanidade. Na verdade, foram sim um vultoso sintoma desse mesmo “progresso”, não cabendo sequer falarmos em uma “recaída na barbárie”, pois Auschwitz já seria a própria recaída, a qual subsistiria enquanto determinadas condições também subsistissem.

A principal dessas condições é pensada por Adorno (1995a) em termos de “pressão social”, com o autor se apoiando nos argumentos de Freud (1976a; 1976c) para sustentar a ideia de que não haveria um contraponto entre “civilização” e “anticivilização”. Isso porque a primeira engendraria a segunda e a reforçaria. Conforme Adorno (1995a), diante da dificuldade

na alteração de tal contexto social objetivo, restaria então propor mudanças de ordem subjetiva. Ou seja, restaria abordar a psicologia dos intolerantes, buscando-se: “...identificar os mecanismos que tornam as pessoas capazes de tais crimes, mostrá-los a elas mesmas e tratar de impedir que voltem a ser assim...” (p. 106).

É nesses termos, considerando que a educação só passa a adquirir maior dose de sentido ao se tornar uma educação para a autorreflexão crítica, que Adorno (1995a) se remete ao valor da primeira infância. Pois é desde lá que seria preciso atuar, identificando os mecanismos psíquicos que transmutam pessoas aparentemente pacatas e sociáveis em assassinos cruéis, orientados por uma consciência reificada. Daí também o apelo de Adorno (1995a) por um tipo de educação que, além de não premiar a dor, não fomente a repressão da angústia, disparando com isso o seu efeito potencialmente destrutivo.

Adorno (1995a) destaca, porém, uma dimensão que, para si, seria menos psicológica e mais social do mal-estar na cultura acima descrito. Ela se associa primeiramente ao fato de que, desde a época de Freud, havia crescido bastante sobre cada indivíduo o volume de pressão social em termos de adequação, objetividade, eficácia e, assim, resultados, principalmente no sentido do cumprimento de metas estabelecidas pelo mercado. A ela se associaria ainda uma “claustrofobia” da humanidade no interior do mundo administrado tramado pela socialização, mundo esse constituído por redes cada vez mais espessas e que reforçam em muitos a fúria violenta e irracional contra a civilização. Adorno (1995a) relembra então em seu texto o quanto tal fúria cega costuma ser historicamente redirecionada contra grupos considerados “socialmente débeis” e, ao mesmo tempo, “felizes”, apontando em seguida o quanto nossas sociedades contemporâneas simultaneamente integram e dissociam, já que: “A pressão do geral dominante sobre todo o particular (...) tende a desintegrar o particular e o individual, assim como sua capacidade de resistência” (p. 107).

Não se trata, avança Adorno (1995a), de propor soluções educacionais definitivas, mas de estabelecer algumas linhas gerais de reflexão crítica. Então, como meio de, mais uma vez, fundamentar seus argumentos, o filósofo de Frankfurt toma como primeiro exemplo de análise a recorrente observação de que o “espírito alemão” seria mais propenso ao autoritarismo. Para Adorno (1995a), tal afirmação seria, no mínimo, superficial, uma vez que o problema do autoritarismo não se restringiria a um povo específico, mas a uma dificuldade mais ampla: aquela relativa ao estofo ou envergadura interior necessários para se lidar com a própria abertura democrática. Em uma palavra, para convivermos com a responsabilidade e a autodeterminação que toda liberdade pressupõe.

Mantendo-se fiel à sua perspectiva, um segundo tópico abordado por Adorno (1995a) diz respeito à noção de *vínculo*, privilegiado aqui a partir dos recorrentes comentários de gente “bem intencionada” de que Auschwitz só teria ocorrido porque as pessoas não criariam mais ligações entre si. Para Adorno (1995a), entretanto, seria ilusório simplesmente apelar aos vínculos visando um mundo melhor. E por quê? Primeiramente, porque eles poderiam ser feitos como “passaportes sociais” - ou seja, falsamente estabelecidos ao visarem ganhos pessoais ou benesses para grupos específicos; em segundo lugar, porque vínculos também poderiam significar heteronomia quando da sua dependência de instituições, hierarquias, cargos, preceitos e normas exteriores que, uma vez burocratizados, eventualmente atentariam contra a racionalidade individual. Diante dessa ameaça: “A única força verdadeira contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, se me for permitido empregar a expressão kantiana; a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não deixar-se levar” (p. 110).

E é assim que Adorno (1995a) avança em suas reflexões destacando o quão indesejável é fugir diante da confrontação do horror, já que tudo isto se ligaria, em maior ou menor escala, à arraigada presença de uma velha estrutura autoritária em nosso meio social. De qualquer forma, para ele a implantação de Auschwitz possivelmente se relacionaria a algo de novo, algo da ordem tanto de uma cega identificação com o coletivo quanto à informação de que os carrascos dos campos de concentração nazistas foram eles mesmos moldados para manipular massas. Frente a esse quadro, urge então: “...contrapor-se à cega supremacia de todas as formas do coletivo, fortalecer a resistência contra elas enfocando o problema da coletivização” (p. 113).

Temendo, talvez, soar demasiadamente abstrato em suas colocações, Adorno (1995a) se remete novamente às experiências da primeira infância para nelas apontar como exemplo concreto a ser combatido a naturalização de certos *folk-ways* ou costumes populares que, associados a ritos de passagem, incentivam a promoção de consideráveis dores físicas aos neófitos como preço para a entrada ou pertencimento a determinados grupos sociais. Para Adorno (1995a), o problema é que estas práticas estariam intimamente ligadas a um ideal bastante enaltecido pela educação tradicional: aquele de “dureza”, considerado necessário para forjar cidadãos cuja solidez de caráter se estabeleceria pela via da disciplina.

Segundo o mesmo Adorno (1995a), tal imperativo se revelaria, contudo, nada mais do que falso. Para justificar essa afirmativa, o autor volta a se apoiar no referencial freudiano para denunciar o quanto uma pedagogia que promovesse a associação entre virilidade e tenacidade fatalmente encobriria um masoquismo que se confundiria com o sadismo, com a “dureza” sendo alçada à condição de pura e simples indiferença à dor. Importante: seja essa dor própria ou alheia. O argumento de Adorno (1995a) se pauta aqui na hipótese de uma vingança sobre os

outros em virtude das muitas dores e sofrimentos que tradicionalmente somos obrigados a refrear ou suprimir em nós mesmos por conta de princípios educacionais autoritários e repressivos. Daí o apelo por uma educação que, em primeiro lugar, não premie a dor e, de maneira correlata, que também não fomente a repressão da angústia, dado o potencial efeito deletério de tais práticas.

Seguindo o fio condutor do seu texto, no sentido da proposição de contramedidas práticas diante da insistente presença do fascismo mesmo em sociedades tomadas como democráticas, Adorno (1995a) retoma nos próximos parágrafos a crítica anteriormente feita à frequência com a qual os indivíduos cegamente se vinculam e se ajustam a coletividades das mais variadas naturezas, reificando a si mesmos na medida em que se anulam como seres humanos capazes de autodeterminação. E o faz novamente de acordo com a hipótese de uma forte presença de traços sadomasoquistas reprimidos no cotidiano da vida em sociedade - influência direta, como já afirmei, de uma leitura atenta do pensamento de Freud (1976a; 1976b; 1976c).

Todavia, Adorno (1995a) acrescenta às teses freudianas a perspectiva de que o movimento acima se associaria a uma forte disposição no sentido de também tratar os demais indivíduos como “massas amorfas”. Essa disposição seria orientada por um “caráter manipulador” que, embora já apresentado e debatido em importantes trabalhos anteriores como *As Técnicas Psicológicas dos Discursos Radiofônicos de Martin Luther Thomas, Antissemitismo e Propaganda Fascista, Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista e A Personalidade Autoritária* (Adorno, 1975; 1997a; 1997b; Adorno et al, 1950), retorna aqui em riqueza de detalhes:

...distingue-se por sua mania organizadora, sua absoluta incapacidade para ter experiências imediatas, um certo tipo de ausência de emoção, de realismo exagerado. Quer, a qualquer preço, levar adiante uma suposta, embora quimérica, *Realpolitik*. Nem por um momento pensa ou deseja o mundo de outro modo do que é, possuído como está da vontade ‘of doing things’, indiferente ao conteúdo de tais ações. Faz da atividade, da assim chamada ‘efficiency’ como tal, um culto que soa como propaganda da pessoa ativa (...) Se tivesse que reduzir a uma fórmula este tipo de caráter manipulador – talvez não devesse, mas ajuda na compreensão - denominá-lo-ia de *tipo da consciência coisificada*. Em primeiro lugar, pessoas deste tipo se identificaram a si mesmas, em certa medida, com as coisas. Logo, quando lhes é possível, identificam também os demais com as coisas (p. 115-116).

Mas, afinal, como tal “caráter manipulador” seria gerado? Dada a relevância dessa pergunta, Adorno (1995a) se volta então à apresentação e debate das condições propícias ao seu estabelecimento, mais uma vez contando para tanto com o auxílio da psicanálise. Nesses termos, o autor inicia pela proposta de que métodos científicos como aquele criado por Freud fossem utilizados para um longo e aprofundado estudo acerca dos culpados por Auschwitz, visando particularmente descobrir como alguém se torna dessa maneira. Ainda que tal tarefa estivesse fadada a um provável fracasso, haja vista as particularidades de cada caso, bem como o severo grau de enrijecimento e dissociação que costumeiramente compunham as estruturas psíquicas dos sujeitos que faziam parte do quadro de funcionários dos campos de concentração, para Adorno (1995a) a aposta se justificaria. Isso considerando a possibilidade de que pelo menos alguns daqueles carrascos pudessem apresentar eventuais pontos de abertura a serem tocados por uma abordagem psicológica que incidisse, por exemplo, sobre o seu narcisismo ou “ vaidade”, ou mesmo alcançasse neles possíveis vestígios superegoicos de alguma “antiga instância moral” em decomposição.

Independentemente, porém, dos limites desses estudos, conforme Adorno (1995a) a mera formulação psicológica ou filosófica de um problema do quilate de “como alguém se torna o que é” já revelaria por si só um considerável potencial em termos de esclarecimento. Afinal, embutida nessa pergunta adviria a rica perspectiva de uma subjetividade *em processo*, diametralmente oposta, portanto, tanto à difundida ideia de um “ser” como essência absoluta quanto à falsa consciência de uma índole “natural” que, como vimos há pouco, para o mesmo Adorno (1995a) atenderia pelo nome de “consciência coisificada”.

A fim de que pudessemos obter qualquer ganho no sentido de uma quebra nesse circuito psíquico vicioso e compulsivo diretamente relacionado à sujeição a regimes totalizantes, porém, continua Adorno (1995a), caberia ainda abordar de maneira mais direta a sua estreita relação com a técnica, já que: “...cada época produz aqueles caracteres - tipos de distribuição de energia psíquica - de que necessita socialmente. Um mundo como o de hoje, no qual a técnica ocupa uma posição-chave, produz pessoas tecnológicas...” (p. 118). Na ótica de Adorno (1995a), tal relação entre ser e técnica na atualidade aparece marcada pela ambivalência, pois se, por um lado, apresenta-se a partir de uma racionalidade responsável pelo fato de que, em seus próprios *métiers* específicos, os indivíduos possam ser bastante competentes e dificilmente se deixem enganar, por outro se desvela sob o signo de um fetiche, de um excesso irracional que, ao confundir meios e fins - ou seja, a coisa (o produto, a mercadoria, a ferramenta) e o humano -, compõe um pernicioso “véu tecnológico” definido nos seguintes termos:

As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano. Os meios – e a técnica é a mais alta representação dos meios para a autoconservação da espécie humana – são fetichizados porque os fins, uma vida humana digna, têm sido velados e expulsos da consciência das pessoas (p. 118).

É bem verdade, pondera Adorno (1995a), que essa hipótese, ainda um tanto abstrata, acerca da existência hodierna de um acentuado domínio do fetichismo da técnica sobre as subjetividades careceria de maior precisão ou fundamentação empírica. De todo modo, o que para o autor já parece bastante explícito é o quanto teríamos aí sujeitos que, posto de maneira didática, seriam simplesmente incapazes de amar, ou que apresentariam uma espécie de amor fascinado pela *coisa*, pelo objeto, pela mercadoria. Eis a rendição do humano à máquina que deveria servi-lo, e não escravizá-lo. Eis aí, o que é ainda pior, uma forte inclinação da sociedade atual à frieza, ao egoísmo e a uma indiferença geral em relação à dor e ao sofrimento alheios, características essas outrora diretamente responsáveis pela morte de milhões de pessoas nos campos de extermínio nazistas. Então, mais uma vez dando mostras de um íntimo contato com o pensamento de Freud (1976a), Adorno (1995a) sintetiza o seu argumento a partir da premissa de uma “incapacidade de identificação”. É ela que, sem sombra de dúvida, teria sido:

...a condição psicológica mais importante para que pudesse ocorrer algo assim como Auschwitz entre pessoas, em certa medida, civilizadas e inofensivas. O que costuma chamar-se de *Mitläufertum* (conivência) foi inicialmente interesse comercial: defender o proveito próprio antes de todos os demais para não correr risco algum, para não *se queimar*. Essa é uma lei geral do ‘status quo’. O silêncio sob o terror foi somente sua consequência (p. 120).

Mas com isso Adorno (1995a) não pretende simplesmente pregar o amor. E não o faz porque pregá-lo seria, além de hipócrita, inútil diante de estruturas de caráter enrijecidas e adaptadas à sociedade administrada. Ainda assim, embora reconheça que o mero esclarecimento racional de tal engrenagem não alteraria substancialmente a sua atuação, em larga medida motivada por uma dimensão pulsional, Adorno (1995a) reafirma a importância profilática de uma educação que ao menos reforçasse na pré-consciência coletiva determinados princípios contrários ao extremismo da barbárie, compreendendo de maneira mais

pormenorizada os mecanismos psicossociais que, desde a mais tenra infância, favorecem a gênese e o desenvolvimento da fobia no âmbito individual. A título de exemplo, destaca o processo de *deslocamento* da lógica persecutória perpetrada pelo nazismo, aquela que ontem se direcionava prioritariamente ao judeu, mas que hoje poderia atingir, de maneira frontal, qualquer outro grupo que fosse percebido como dissidente e/ou ameaçador ao redespertar de um nacionalismo exacerbado, intolerante e, assim, perigoso.

Um pouco mais adiante, Adorno (1995a) encontra tempo para uma última sugestão: ela se volta à necessidade da promoção e difusão de princípios educacionais tais que pudessem efetivamente se tornar uma sociologia esclarecedora do jogo de forças que estrutura as políticas públicas mais visíveis, fazendo-se urgente aqui a abordagem crítica de um conceito tão solidamente estabelecido – e, assim, tão aparentemente indiscutível – quanto aquele de “razão de Estado”. Afinal: “...quando se coloca o direito do Estado acima do dos membros da sociedade, já está colocado, potencialmente, o horror” (p. 123). Então, encerrando *Educação Após Auschwitz*, aparece a observação de Adorno (1995a) de que todas essas medidas pedagógicas, a despeito da sua possível boa vontade e abrangência, poderiam não alcançar os chamados “assassinos de escritório”, evitando assim que voltassem a se reproduzir. Isso não inviabilizaria, contudo, a possibilidade de que alcançassem ao menos os executores, as mãos que, sob comando, efetivamente carregam e disparam armas.

Pois bem, uma vez explorado em maiores detalhes o ensaio de Adorno (1995a), retomemos sinteticamente alguns dos seus pontos-chave, os quais, agora associados a certos atributos da atualidade brasileira, podem ser considerados inspiradores tanto em termos teóricos quanto em termos de possíveis ações de natureza prática. Antes de prosseguirmos, uma observação se faz importante, porém: conforme procurei explicitar logo no início deste trabalho, não se trata aqui nem de reduzir forçosamente o contexto brasileiro dos últimos anos àquele outro, característico da Alemanha do período da Segunda Guerra Mundial, e nem tampouco de – também de maneira reducionista ou grosseira – simplesmente utilizar as proposições de Adorno (1995a) como espécie de remédios ou receitas prontas para serem “utilizadas” sem mediação alguma na nossa realidade. Trata-se sim de aproximações que visam o exercício de um pensamento, ao mesmo tempo, crítico e criativo.

Da Polônia de Auschwitz ao Brasil de Bolsonaro: Algumas (Infelizes) Reverberações

Início esta retomada de alguns dos principais argumentos de Adorno (1995a) pela veemente rejeição do autor a uma pedagogia tradicionalmente pensada como sujeição, como veículo para a submissão a regras e ditames hierarquicamente advindos de cima, rejeição essa que se dá em prol da utilização da sala de aula como espaço de favorecimento a um tipo de aprendizado que seja pintado com as cores da emancipação. A validade de tal recomendação permanece inegável na contemporaneidade de um cenário educacional brasileiro que há tempos vem sendo atravessado por cortes de verbas e ataques governamentais às universidades federais e a parte importante das pesquisas desenvolvidas pelos profissionais que nelas atuam, em particular no que se refere à produção científica das ciências humanas, costumeiramente marcada por questionamentos de ordem política, econômica e social.

Na mesma direção, o apelo de Adorno (1995a) por uma educação mais livre e perscrutadora adquire hoje acentuada relevância como instrumento de reflexão e luta quando vemos no Brasil uma série de movimentos orquestrados de difamação e descrédito tanto do legado deixado por Paulo Freire e pela mundialmente reconhecida e celebrada pedagogia da autonomia por ele defendida quanto do próprio exercício do papel do professor ou educador, ambos associados a Projetos de Lei como o “Escola sem Partido” e à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio brasileiro (Guilherme & Picoli, 2018; Haddad, 2019).

Em um sentido bastante próximo – complementar, eu diria – a este aviso feito por Adorno (1995a) no que tange à violência antidemocrática advinda da aceitação e propagação de diretrizes educacionais fundamentalmente pautadas pela ótica da obediência, também segue se revelando bastante acertada a grande significância atribuída por ele a uma atenção pedagógica a ser conferida já à primeira infância no sentido da identificação de mecanismos psíquicos de cunho sadomasoquista e projetivo capazes de converter seres humanos ainda em formação em cruéis, irrefletidos e obedientes servos de políticas estatais potencialmente arbitrárias e criminosas. Tal efeito - para o qual contribuiriam, inclusive, determinados costumes populares há muito celebrados -, seria obtido, por exemplo, por meio da repressão forçada e sistemática de sentimentos como medo ou angústia, repressão essa capaz de gerar uma grande dose de indiferença para com a dor, seja ela própria ou alheia. Trata-se aqui da insistência de Adorno (1995a) por uma educação que, ao não premiar o sofrimento, não reifique o indivíduo, aprisionando com isso a sua humanidade.

De volta ao Brasil hodierno, compreendo tal proposta como um convite para, tanto dentro como fora do ambiente escolar e universitário mais restrito, colocarmos em prática todo um trabalho de desconstrução e rechaço do ideal de eu, bastante difundido popularmente, do “guerreiro” ou “guerreira”. Leia-se: aquele ou aquela que, como prova da sua suposta virilidade ou tenacidade, suporta toda sorte de sofrimentos e humilhações e segue em frente sem reclamar, dado que fazê-lo seria assumir uma condição de fraqueza, inclusive de caráter. Aliás, trata-se de danosa tradição frequentemente expressa entre nós também no conhecido mote: “sou brasileiro e não desisto nunca”, no chamado “trote” do vestibular e, ainda, em práticas mais ou menos institucionalizadas de humilhação e maus tratos que, prioritariamente voltadas aos neófitos, costumam ocorrer no interior das forças armadas.

De maneira correlata, outra das advertências feitas por Adorno (1995a) que vale a pena retomar diz respeito ao modo como o mal-estar descrito acima se associa ao crescimento contemporâneo do grau de pressão social sobre cada indivíduo particular. Uma pressão que, visando a adaptação das subjetividades a um mundo regido por princípios de mercado vinculados à técnica, à máquina e, com elas, a coisas que se tornariam substituíveis ou intercambiáveis, já que pensadas prioritária ou exclusivamente a partir do seu valor de troca, apresenta como corolário a progressiva gestação de um pernicioso fervor anticivilizatório. Aonde quero chegar com isso? No passo seguinte sugerido pelo mesmo Adorno (1995a) em seu texto: aquele de, a partir de uma consciência mais sólida acerca do quanto o fundamento da sociedade administrada conduz à transfiguração também do próprio humano em coisa permutável, pesquisarmos com afinco o funcionamento de lógicas de tipo paranoide como a que orientou o nazifascismo, marcadas por um contumaz deslocamento colérico rumo a quaisquer grupos caracterizados como dissidentes, degenerados e/ou ameaçadores.

Ora, considerando um Brasil que assistiu atônito à criação de milícias organizadas, financiadas e armadas que, na defesa que fazem de pautas tão explicitamente autocráticas quanto “exterminar a esquerda” e o retorno do militarismo a este país, sempre se disseram prontas a invadir e “dar cabo” de esteios da nossa democracia representativa como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (movimento esse que lamentavelmente se efetivou no bizarro e revoltante espetáculo de barbárie perpetrado em oito de janeiro de 2023, com o ataque e a invasão coordenada dos prédios dos Três Poderes da República, em Brasília), faz-se mesmo imperativo que nos voltemos à mentalidade dos intolerantes. De que maneira? Bem, pela via de ferramentas como: atividades em sala de aula, grupos de discussão e/ou a realização de pesquisas acadêmicas com potencial de influenciar na geração de políticas públicas, arsenal esse orientado no sentido de uma compreensão mais elaborada das engrenagens psicossociais

que contribuem para que bandos paramilitares como os há pouco referidos dia após dia acrescentem novos alvos à sua fúria irracional, incluindo-os em uma galeria já tão diversa quanto aquela composta por: “petistas”, “comunistas”, “esquerdopatas”, “vagabundos”, “bandidos” e “defensores de bandidos”, “gayzistas”, “feminazis”, funcionários públicos, alunos e professores de universidades federais e estaduais e membros do Congresso e do Judiciário.

Exemplos como o da criação de milícias organizadas exposto acima também servem muito bem para ilustrar as duas últimas observações feitas por Adorno (1995a) no sentido de uma educação contra o fascismo que considero pertinentes rememorar. A primeira incide sobre o quanto qualquer tentativa de compreensão do autoritarismo que tomasse como referência apenas um povo específico (no caso, o alemão) se revelaria errônea e insuficiente, uma vez que o verdadeiro problema remeteria a uma falta de preparo mais abrangente: aquela relativa a maior ou menor capacidade de cada um de nós em, independentemente da nacionalidade, lidar com a própria abertura democrática. Já a segunda se apresenta no conselho de que caberia a essa mesma discussão o papel de ampliar o sentido da noção de vínculos sociais hoje, importando bem mais debater não a quantidade, mas a qualidade destas ligações, as quais poderiam resultar em permutável e descompromissada heteronomia graças ao seu eventual atrelamento a instituições, hierarquias e normas exteriormente definidas.

Como não pensar na serventia de tais alvitres para o Brasil atual? Como considerar menor, desnecessária ou extemporânea a discussão sobre o renovado mal-estar representado por este “fascismo à brasileira” em uma sociedade tão absurdamente desigual e ainda marcada pela sombra do escravismo e da ditadura militar quanto a nossa (Safatle, 2020)? Sociedade que, por vezes mais e em outras menos veladamente, segue pautada por um imaginário racista e classista que divide os seus membros em, de um lado, “brancos, ricos, civilizados e produtivos” e, de outro, “pretos, pobres, selvagens e vagabundos” (Schwarcz, 2019). Sociedade que é, em larga medida, composta por homens e mulheres de tipo manipulador e estereotipado cuja consciência mutilada se reverte, na esfera somática, em uma estrutura compulsiva com nada desprezível propensão à violência diante das diferenças.

Se levarmos isto em conta, veremos como a severa crítica de Adorno (1995a) se volta a aspectos de uma velha estrutura autoritária que segue fundamentando sobremaneira o Brasil e que acabou por se refletir na eleição de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da república em 2018. Não por coincidência, também ele um fiel representante dos traços de caráter descritos acima, todos eles reunidos por Adorno (1975; 1997a; 1997b) na descrição que fez do “pequeno grande homem” como típico emissário do fascismo. Então, uma vez feitas estas aproximações,

passemos agora aos últimos parágrafos deste artigo, cujo principal direcionamento se dará rumo a algumas ponderações e acréscimos em relação ao que debatemos até o presente momento.

Considerações Finais

A despeito da inquestionável importância do esforço didático de Adorno (1995a), especialmente se levarmos em conta a urgência do tempo em que seu trabalho foi originalmente produzido, é possível questionar hoje a maior ou menor plausibilidade e aplicabilidade das medidas antibarbárie advogadas por ele em textos que, para além de *Educação Após Auschwitz*, incluem ainda *A Educação Contra a Barbárie* e *Educação e Emancipação* (Adorno, 1995a; 1995b; 1995c), acrescentando algo de novo a essa temática. Por exemplo, no que diz respeito a uma bem vinda atualização do debate pedagógico e psicossociológico acerca dos perigos da excessiva vinculação com a técnica - e, junto a ela, de um hipostasiamento da identificação com o coletivo - como eventuais passaportes para a filiação a regimes políticos antidemocráticos. Trata-se de uma discussão que, no presente, deve necessariamente levar em conta o alcance e a influência da internet, com os usos políticos e ideológicos dessa ferramenta tanto no sentido da manipulação das consciências individuais quanto no que tange a fenômenos como a produção das chamadas “milícias virtuais” (Queiroga et al., 2016; Bartlett, 2018; Braga & Carlomagno, 2018; Dunker, 2019).

A meu ver, também os significados de “autonomia” carecem de atualização. Sim, esse mesmo substantivo que foi tão priorizado por Adorno (1995a) tendo como pano de fundo a ideia kantiana de um princípio da vontade racional que atuaria como fundamento da moralidade das ações humanas (Kant, 2016). Entendo que cabe perguntar sobre o seu lugar na contemporaneidade de um neoliberalismo econômico atrelado de perto ao neologismo “uberização”, onde a autoconservação dá lugar à submissão a extenuantes jornadas de trabalho sem grandes vínculos ou garantias empregatícias, em um movimento que aparece travestido de “empreendedorismo” ou “autorrealização”. Apesar de interessantes respostas a essas perguntas já poderem ser encontradas atualmente em fundamentados trabalhos como os de Standing (2011) e Slee (2017), penso que se trate de uma área deveras instigante e que segue nos convidando a pesquisas futuras.

Finalmente, acrescento a essa lista de estimulantes objetos de reflexão e estudo a existência de um “autoritarismo furtivo” que há tempos vem se estabelecendo como norma, inclusive no Brasil. No que tange a essa temática, destaco o trabalho de Przeworski (2019), que, seguindo de perto e, ao mesmo tempo, complementando uma linha de raciocínio anteriormente

preconizada com sucesso por Levitsky e Ziblatt (2018), sustenta a arguta hipótese de que as democracias de hoje estão sendo subvertidas sem serem qualitativamente alteradas como regime político. Isso graças a brechas situadas *no interior* das suas próprias leis constitucionais. Nos termos de Przeworski (2019), o fundamento desta ameaça autoritária atual reside nas desigualdades econômicas acirradas pelo modelo capitalista, com a principal dificuldade residindo em conciliar liberalismo econômico e liberdade política em um contexto onde os Estados e suas populações vêm sendo cada vez mais obrigados a operar de acordo com parâmetros impostos pela racionalidade de mercado, tornando-os suscetíveis a enganosas promessas de melhorias financeiras atreladas a certa normatização do despotismo (Gandesha, 2020; Safatle, 2020).

Então, uma vez deixado em aberto este campo repleto de possibilidades, eu gostaria de retomar agora um importante *leitmotiv* deste artigo, que é a reapropriação crítica da herança intelectual que nos foi legada por vultos como Sigmund Freud e Theodor Adorno, para encerrar esses parágrafos com um reconhecimento de ordem subjetiva. E tal reconhecimento se expressa na desavergonhada admissão do presente texto pelo que ele também é: uma preciosa oportunidade sublimatória, algo escancarado na sua dimensão por vezes panfletária e militante. Assim, para além de qualquer academicismo ou afastamento analítico que se pretenda definitivo, o que você, leitora ou leitor, tem agora em mãos ou na tela de um *tablet* ou computador pode ser lido não apenas como a exposição formal ou profissional de alguns argumentos de ordem teórica, mas como um meio de expurgar o mal, ação essa acompanhada de uma indelével marca de indignação. Dadas as circunstâncias sociais, políticas, econômicas e pessoais que envolveram a inspiração para a escrita destas páginas, não poderia ser diferente. Pelo menos não para mim.

Ao que acrescento, lembrando com satisfação um dos pilares que orientaram o seminal escrito de Horkheimer (1983) que fundamentou a própria teoria crítica da sociedade: trata-se do uso do pensamento como esforço de resistência, resistência à cristalização e/ou à naturalização do que hoje é, mas que amanhã não precisa necessariamente ser. No presente caso, resistência particularmente voltada ao tipo de política majoritariamente levada a cabo em países como o Brasil da última década, marcado pela aproximação de elementos que, como bem sabem os livros de História Contemporânea, não são nada excludentes ou exclusivistas, tais como a ignorância, o preconceito, a intolerância, o segregacionismo, o conservadorismo, o autoritarismo e um liberalismo econômico por vezes inescrupuloso.

Resistência, portanto, como parte integrada e integrante da reivindicação por políticas públicas mais humanitárias, criativas e inclusivas, em um movimento a ser levado a cabo com

a principal arma da qual dispomos tanto como educadores quanto na qualidade de profissionais da psicologia: a palavra. Que dela façamos bom uso, que ela nos auxilie nesta dolorosa e, ao mesmo tempo, absolutamente necessária dupla tarefa de, por um lado, reconhecer o enorme quantum de barbárie que infelizmente segue compondo este “Brasil, iá, iá” e, por outro, continuar atuando para que, no tocante aos perniciosos encantamentos do ouro de tolo que é o fascismo, possamos mesmo ser essa gente que, difundida mundialmente em verso e prosa na composição de Ary Barroso imortalizada pelo hoje saudoso João Gilberto: “...não tem medo de fumaça, ai, ai, e não se entrega não”.

Referências

- Adorno, T. W. (1975). The psychological technique of Martin Luther Thomas' radio addresses. In T. W. Adorno, *Theodor W. Adorno: Soziologische Schriften II* (pp. 7-141). Suhrkamp.
- Adorno, T. W. (1995a). Educação após Auschwitz (M. H. Ruschel, Trad.). In T. W. Adorno, *Palavras e sinais: Modelos críticos 2* (pp. 104-123). Vozes.
- Adorno, T. W. (1995b). A educação contra a barbárie (W. L. Maar, Trad.). In T. W. Adorno, *Educação e emancipação* (pp. 155-168). Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (1995c). Educação e emancipação (W. L. Maar, Trad.). In T. W. Adorno, *Educação e emancipação* (pp. 169-185). Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (1997a). Anti-semitism and fascist propaganda. In T. W. Adorno, *Theodor W. Adorno: Soziologische Schriften I* (pp. 397-407). Suhrkamp.
- Adorno, T. W. (1997b). Freudian theory and the pattern of fascist propaganda. In T. W. Adorno, *Theodor W. Adorno: Soziologische Schriften I* (pp. 408-433). Suhrkamp.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper & Brothers.
- Bartlett, J. (2018). *The people vs tech: How the internet is killing democracy (and how we save it)*. Ebury Press.
- Braga, S., & Carlomagno, M. (2018). Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, (26), 7-62. <https://doi.org/10.1590/0103-335220182601>
- Dunker, C. (2019). Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In S. Abranches, A. L. Werneck, B. P. Moraes, C. Pereira, C. A. M. Pereira, D. R. Silva, E. G. Farias, F. G. Castro, G. F. Castro, H. M. B. Castro, I. O. Castro, J. M. Castro, K. O.

- Castro, L. M. Castro, M. H. Castro, N. O. Castro, O. O. Castro, P. O. Castro, Q. O. Castro, R. O. Castro, S. O. Castro, & T. O. Castro (Eds.), *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 116-135). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1976a). El malestar en la cultura. In J. L. Etcheverry (Ed.), *Obras completas* (Vol. 21, pp. 57-140). Amorrortu.
- Freud, S. (1976b). El problema económico del masoquismo. In J. L. Etcheverry (Ed.), *Obras completas* (Vol. 19, pp. 161-187). Amorrortu.
- Freud, S. (1976c). Psicología de las masas y análisis del yo. In J. L. Etcheverry (Ed.), *Obras completas* (Vol. 18, pp. 63-136). Amorrortu.
- Gandesha, S. (2020). A composite of King Kong and a suburban barber: Adorno's "Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda". In S. Gandesha (Ed.), *Spectres of fascism: Historical, theoretical and international perspectives* (pp. 120-141). Pluto Press.
- Guilherme, A. A., & Picoli, B. A. (2018). Escola sem partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: Uma reflexão a partir de Arendt. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 1-23. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230042>
- Haddad, C. (2019, 21 de abril). Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>
- Horkheimer, M. (1983). Teoria tradicional e teoria crítica. In Z. Loparic & O. Arantes (Eds.), *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas: Textos escolhidos* (pp. 117-154). Abril Cultural.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1973). Prejudice (J. Viertel, Trad.). In M. Horkheimer & T. W. Adorno, *Aspects of sociology* (pp. 169-181). Beacon Press.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985a). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Jorge Zahar.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985b). Elementos do antissemitismo: Limites do esclarecimento (G. A. Almeida, Trad.). In M. Horkheimer & T. W. Adorno, *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (pp. 157-194). Jorge Zahar.
- Kant, I. (2016). *Crítica da razão prática* (M. Hulshof, Trad.). Vozes.
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die: What history reveals about our future*. Penguin Random House.
- Przeworski, A. (2019). *The crisis of democracy*. Cambridge University Press.

- Queiroga, C., Barone, L., & Costa, B. (2016). Uma breve reflexão sobre a formação das massas nas redes sociais e a busca por um novo ideal do eu. *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 111-126.
- Safatle, V. (2020). Fascist neoliberalism and preventive counter-revolution: The second round of the Latin American laboratory. In S. Gandesha (Ed.), *Spectres of fascism: Historical, theoretical and international perspectives* (pp. 179-190). Pluto Press.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Slee, T. (2017). *What's yours is mine: Against the sharing economy*. OR Books.
- Standing, G. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. Bloomsbury Academic.

Conflito de interesse

O autor declara que não há conflitos de interesse.

Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.